

**GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO:**  
***das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas***

Guacira Lopes Louro/UFRGS

GT 23 – Gênero, sexualidade e Educação

*Eu já havia escrito e entregue este texto à Secretaria da Anped quando, assistindo uma série televisiva, deparei-me com uma situação que ilustra bem a questão que havia escolhido para iniciar esta fala. A série era Law and Order e neste episódio um grupo de policiais estava sendo julgado por homicídio doloso, pois havia deixado de atender ao pedido de auxílio de um colega policial que fora atingido (e em seguida morto) por um bandido. Este colega, vítima no caso, era gay. A cena do julgamento mostrava a acusação apontando para inúmeros antecedentes de preconceito e discriminação que os réus tinham em relação a vítima e a defesa apelava para o fato de que os réus (policiais) demonstraram sentimentos coerentes com os da maioria das pessoas. Para apoiar seu argumento, a defesa chama um psiquiatra que explica que a homofobia é um sentimento comum, bastante frequente, especialmente entre homens. Interpelado pelo promotor, o psiquiatra explica que a manifestação de raiva extrema é patológica, sim, e por isso mesmo, é involuntária. Apelando para os jurados – a defesa lhes pede para pensar se não têm sentimentos semelhantes aos dos acusados (ou seja, sentimentos de repulsa ou de rejeição) em relação aos homossexuais e conclui: eles nada mais fizeram do que manter e preservar os valores da comunidade em que viviam – e essa era sua função como policiais. O episódio termina com a absolvição de todos os réus.*

*O final me surpreendeu um pouco por se tratar de uma série hollywoodiana, mas, ao mesmo tempo, por mais intolerável que a situação me parecesse, ela também soava coerente com o que se costuma ver na chamada “vida real”.*

“Estar atenta ao intolerável” – critério significativo para alguém reconhecer o que vale a pena colocar em primeiro plano em sua vida, em suas reflexões e ações. Essa idéia, que não é minha, tomei emprestada de uma estudiosa espanhola chamada Maite Larrauri. Ela parece justificar minhas escolhas acadêmicas e profissionais. Perguntada sobre que vem

a ser “o intolerável”, Maite responde que não pode ser aquilo que muita gente acha que é, pois “uma das condições do intolerável é que, para a maioria, não é intolerável, mas normal” (Larrauri, 2000, p.14). O que eu considero intolerável possivelmente é colocado, por outros ou por muitos, no plano do aceitável, talvez no âmbito do comum ou do “normal”.

Desprezar alguém por ser gay ou por ser lésbica é, para mim, intolerável. No entanto, na nossa sociedade, essa parece ser uma atitude comum, corriqueira, talvez mesmo “compreensível”. Conviver com um sistema de leis, de normas e de preceitos jurídicos, religiosos, morais ou educacionais que discriminam sujeitos porque suas práticas amorosas e sexuais não são heterossexuais é, para mim, intolerável. Mas esse quadro parece representar, em linhas mais ou menos gerais, a sociedade brasileira. Por isso, sinto-me autorizada a afirmar que a sexualidade ou as tensões em torno da sexualidade constituem-se numa questão que vale a pena colocar em primeiro plano.

Vale a pena observar também, imediatamente, que o que se coloca aqui é mais do que um problema de atitude. Esta é uma questão que se enraíza e se constitui nas instituições, nas normas, nos discursos, nas práticas que circulam e dão sentido a uma sociedade – neste caso, a nossa. As formas de viver a sexualidade, de experimentar prazeres e desejos, mais do que problemas ou questões de indivíduos, precisam ser compreendidas como problemas ou questões da sociedade e da cultura.

Estou convencida que é relevante refletir sobre tudo isso. É relevante refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que esta cultura coloca para a sexualidade. É relevante refletir sobre os modos como se regulam, se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres.

Sei que a sociedade trata desigualmente esses sujeitos e valoriza diferentemente essas práticas. Sei que tudo isso é atravessado e constituído por processos de classificação,

hierarquização, de atribuição de valores de legitimidade e ilegitimidade; que sujeitos são acolhidos ou desprezados conforme as posições que ocupem ou ousem experimentar. Sei que tudo isso está, seguramente, embaralhado com questões de poder. E aqui encontro justificativas não apenas para refletir, mas para ensaiar estratégias que, eventualmente, possam perturbar ou alterar, de algum modo, o “intolerável”.

Nada disso é estranho ou incomum para colegas, estudantes, pesquisadores e pesquisadoras que integram este GT de *Gênero, sexualidade e Educação*. Neste espaço, não se coloca a necessidade de argumentar sobre a relevância, a pertinência ou a oportunidade dessas que se tornaram as questões centrais catalisadoras e motivadoras da existência do grupo. Podemos assumir que temos todas/os preocupações políticas comuns: não admitimos a homofobia, a misoginia, o sexismo. Vamos além, desconfiamos até mesmo dos gestos “tolerantes” que supostamente acolhem diferenças de gênero ou de sexualidade para em seguida, a partir de uma posição benevolente e superior, manter tais sujeitos e práticas em seu lugar devido, isto é, na posição de “diferentes”. Este parece ser o horizonte político que garante identidade a este GT. Aqui reside nossa afinidade e nosso mote comum. Mas temos também nossas diferenças.

São muitas e distintas as formas que assumimos para lidar com essas questões; distintos são os modos de conceber o que cabe fazer diante de tal horizonte político. Um olhar mais acurado e perspicaz poderá nos mostrar que nossas distinções e particularidades começam, efetivamente, bem antes da questão do “que fazer”: para sermos sinceros, nós nem mesmo compreendemos de um modo único o que vem a ser gênero ou sexualidade. Mas essa diversidade, que pode, aos olhos de uns, parecer catastrófica, também pode, aos olhos de muitos, ser saudada como indicadora da vitalidade e da contemporaneidade dos campos teóricos e políticos a que nos dedicamos. Disputas em torno de conceitos, de correntes, de métodos e de estratégias são sugestivas de teorias vigorosas, moventes, vivas. Não se disputa aquilo que já está consagrado, quer dizer, aquilo que se tornou sagrado e que, em conseqüência, carece de animação, revelando-se, de algum modo, inanimado. Saudemos, então, nossas diferenças! Elas podem ser a fonte de nossa contínua renovação.

Assumo, pois, que temos propósitos políticos comuns e que compartilhamos de um mesmo campo, a Educação, para dar vida a esses propósitos. É provável que compartilhem algumas referências teóricas, mas, ao mesmo tempo, perseguimos nossos propósitos políticos através de estratégias, teorias e táticas muitas vezes distintas e, eventualmente, divergentes. Os encaminhamentos teórico-metodológicos que adotamos são plurais e, por vezes, podem estabelecer entre si pontos de fricção. Não tenho, portanto, qualquer pretensão de responder às inquietações teóricas que nos perturbam e, muito menos, de serenar as dúvidas metodológicas que assombram nossas pesquisas. Penso que podemos dialogar em torno de alguns conceitos ou referências recorrentes na pesquisa e no ensino no âmbito dos estudos de gênero, sexualidade e de educação sexual, e espero que esse diálogo/debate contribua para a consolidação deste grupo, assumidamente plural.

Começo pelos dois conceitos centrais: gênero e sexualidade.

Há vários anos atrás, mais precisamente, em 1983, solicitaram a Donna Haraway que redigisse a “entrada” do termo gênero para um dicionário marxista, no qual, segundo algumas das organizadoras, faltavam algumas palavras ou havia palavras que deveriam ser reescritas, face aos novos movimentos sociais. Donna Haraway lançou-se, então, nesta empreitada, ciente da importância da linguagem e das narrativas históricas na luta feminista. A tarefa não lhe pareceu fácil e seu resultado está no livro *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Deste texto, o que me interessa destacar é o fato de que ela entende que, “apesar de suas importantes diferenças, todos os significados feministas modernos de gênero partem de Simone de Beauvoir e de sua afirmação de que ‘não se nasce mulher’”. Ela acrescenta: “[partem] das condições sociais posteriores à segunda guerra mundial que permitiram a construção de mulheres como um sujeito-em-processo coletivo histórico”. O que se segue funciona como uma possível compreensão abreviada: “Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta” (Haraway, 1995, p. 221).

Haraway remete-se, pois, às condições que permitiram a emergência de um novo sujeito histórico coletivo – as mulheres – e de um novo campo teórico e político – o

feminismo. Além disso, ela enfatiza o que parece ser comum às várias vertentes ou perspectivas teóricas que assumimos: a noção de construção. A afirmação de Simone de Beauvoir (surgida em 1949, portanto antecipadora da onda feminista dos anos 60) está carregada da noção de um *fazer*, supõe a construção de um sujeito feminino ou, como se diria mais tarde, do sujeito de gênero. Operar com este conceito implica, pois, necessariamente, operar numa ótica construcionista. Ainda que as formas de conceber os processos de construção possam ser (e efetivamente são) distintas, lidar com o conceito de gênero significa colocar-se contra a naturalização do feminino e, obviamente, do masculino.

Essa noção evidentemente pode ser (e é) complexificada ou sofisticada por outros argumentos. Apenas para sinalizar esta complexidade, lembro aqui o instigante artigo de Linda Nicholson, “Interpretando gênero” (Nicholson, 2000). Há pelo menos dois argumentos neste texto que me parecem pertinentes destacar. Um deles se refere ao fato de que, ao fazer generalizações com base em grandes varreduras da história, parte da teoria feminista usualmente parece pressupor uma perspectiva comum, ao longo dos tempos, sobre o sentido e sobre a importância dos corpos femininos e masculinos. Por certo isso não ocorre assim, diz Linda Nicholson. “Os sentidos, a atribuição de significados e valores dos corpos (e de partes dos corpos) mudam através do tempo e das comunidades” (Nicholson, 2000, p. 17). Ainda que a maioria das sociedades tenha estabelecido, ao longo dos séculos, a divisão masculino/feminino como uma divisão fundamental e tenha compreendido tal divisão como relacionada ao corpo, não se segue daí, necessariamente, a conclusão de que as identidades de gênero e sexuais sejam tomadas da mesma forma em qualquer cultura. “Perceber uma diferença física ou mesmo atribuir a ela uma significação moral e política não é o mesmo que usá-la para ‘explicar’ divisões básicas na população humana”. (Nicholson, 2000, p. 18)

Para exemplificar essa afirmação, a autora lembra que houve um tempo em que a Bíblia era a “fonte da autoridade” e nela se buscava a explicação para o relacionamento entre mulheres e homens e para as diferenças percebidas entre eles. Nesse tempo, o corpo tinha menos importância. Posteriormente, no entanto, o corpo ganhou um papel primordial,

tornando-se *causa e justificativa* das diferenças. É fundamental perceber o deslizamento que então ocorreu: as características físicas passaram a ser tomadas como a fonte ou a origem das distinções e não apenas como um sinal, marca ou manifestação das distinções. Essa mudança tem efeitos sobre as formas de conceber e de exercitar o poder entre homens e mulheres. Vale notar que tal compreensão sobre a importância dos corpos, embora abalada pelas surpreendentes tecnologias e teorizações pós-modernas, mantém-se fortemente arraigada. O alerta de Nicholson dirige-se exatamente para o hábito de se tomar as noções ocidentais e contemporâneas como noções generalizáveis para qualquer tempo e lugar e sobre elas assentar teorias com pretensões universais.

Outra perturbação que esse artigo introduz, intimamente articulada ao que venho expondo, refere-se ao fato de que, conforme Nicholson, as feministas da segunda fase, embora tenham procurado se afastar do determinismo biológico (a corrente que supõe que nossas vidas são determinadas pelas características de nossos corpos) e tenham se aproximado, em diferentes graus, da idéia de uma construção social dos sujeitos, mantiveram a perspectiva de que a construção social se faz *sobre* ou *a partir* de um corpo. Linda Nicholson rotula essa posição de “fundacionalismo biológico”, na qual “dados da biologia” permanecem como uma espécie fundamento para o social; assume-se, neste caso, que haveria algumas “constantes da natureza” que seriam responsáveis por certas “constantes sociais”. Para ela, esta posição cria obstáculos para uma melhor compreensão das diferenças entre as mulheres, entre os homens e, o que é mais instigante, entre quem pode ser considerado homem ou mulher.

Problematizar a noção de que a construção social se faz *sobre* um corpo significa colocar em questão a existência de um corpo *a priori*, quer dizer, um corpo que existiria *antes* ou *fora* da cultura. A identificação ou a nomeação de um corpo (feita no momento do nascimento, ou mesmo antes, através de técnicas prospectivas) se dá, certamente, no contexto de uma cultura, por meio das linguagens que esta cultura dispõe e, deve-se supor, atravessada pelos valores que tal cultura adota. Neste sentido, seria possível entender, como fazem algumas vertentes feministas, que a nomeação do gênero não é, simplesmente, a descrição de um corpo, mas aquilo que efetivamente faz existir este corpo – em outras

palavras, o corpo só se tornaria inteligível no âmbito da cultura e da linguagem. Vale registrar que esse entendimento não é assumido por todas as teóricas/os do campo e talvez se constitua num dos pontos de fricção entre as várias correntes dos estudos de gênero e de sexualidade.

Voltando a atenção mais diretamente para a sexualidade, fica ainda mais evidente a diversidade de conceptualizações que aí são assumidas. A ancoragem da sexualidade na biologia costuma ser mais resistente do que ocorre em relação ao gênero. A aceitação da existência de uma matriz biológica, de algum atributo ou impulso comum como se constituindo na origem da sexualidade humana persiste em algumas teorias. Quando isso ocorre, opera-se com uma noção universal e trans-histórica da sexualidade e, muitas vezes, remete-se ao determinismo biológico. O construcionismo social, já mencionado, contrapõe-se a esta ótica. Melhor seria dizer, no plural, que as perspectivas construcionistas opõem-se às perspectivas essencialistas e deterministas, uma vez que, como foi salientado, há um leque de compreensões distintas sobre o que vem a ser ou como se dá essa construção social.

De qualquer modo, ainda que uma diversidade de entendimentos e conceituações possa ser adotada, aparentemente, a maioria das estudosas e estudiosos considera que a sexualidade supõe ou implica mais do que corpos, que nela estão envolvidos fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações mobilizados ou postos em ação para expressar desejos e prazeres. Muitos/as daqueles/as que se dedicam a pesquisar este campo fazem referência aos estudos de Michel Foucault, em especial à sua obra *História da sexualidade*. Tal referência implica assumir, nas palavras do filósofo, que “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico” e que “não se deve concebe-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco desvelar” (Foucault, 1988, p. 100). Se formos buscar um entendimento mais preciso sobre o sentido e a função metodológica do termo dispositivo, ouviríamos Foucault dizer:

Através deste termo tento demarcar (...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas,

decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1979, p. 244).

Ele supõe que entre esses elementos exista “um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções”. Para Foucault, o dispositivo pode ser visto “como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência”. Tais indicações nos fazem reafirmar, portanto, que, tal como ocorre com o gênero, haveria de se compreender a sexualidade como um constructo histórico, como sendo produzida na cultura, cambiante, carregada da possibilidade de instabilidade, multiplicidade e provisoriedade.

A argumentação que coloca os gêneros e as sexualidades no âmbito da cultura e da história, leva a compreendê-los implicados com o poder. Não apenas como campos nos quais o poder se reflete ou se reproduz, mas campos nos quais o poder se exercita, por onde poder passa e onde o poder se faz. Neste caso, mais uma vez será possível perceber, entre nós, distinções nas formas de compreender as dinâmicas do poder. Contudo, a manter-se a referência a Foucault, teremos de admitir que o poder não pode ser tomado como uma matriz geral, uma oposição binária global entre dominantes e dominados e sim que ele se exercita a partir de muitos pontos e em várias direções.

Essas referências teóricas permitem encaminhar alguns comentários de ordem metodológica. Antes, parece importante lembrar que os campos de estudo em que nos movimentamos (quer sejam denominados como estudos feministas, estudos de gênero, estudos gays e lésbicos, estudos da sexualidade ou teoria queer) podem ser, todos, considerados campos teóricos e políticos. Essa característica empresta-lhes algumas peculiaridades, algumas potencialidades e, talvez, também alguns problemas. Estreitamente vinculados aos movimentos sociais, esses campos têm promovido novas políticas de conhecimento, novas articulações entre sujeitos e objetos de conhecimento. Isso significa que implicam o privilegiamento de um modo de conhecer, o que envolve, por sua vez, decisões sobre o que conhecer, e como, porque ou para que conhecer. Não são apenas novos temas ou novas questões que têm sido levantadas por esses campos. É muito mais do

que isso. Já há algumas décadas, grupos organizados e intelectuais vêm provocando importantes transformações que dizem respeito a quem está autorizado a conhecer, ao que pode ser conhecido e às formas de se chegar ao conhecimento. Novas questões vêm sendo colocadas a partir das experiências e das histórias dos grupos considerados “minoritários”; áreas e temáticas vistas, até alguns anos atrás, como pouco “dignas” ocupam agora o espaço e o tempo da academia e passam a ser objeto de centros universitários e núcleos de pesquisa. Sobre o mundo do privado e do doméstico; sobre as muitas formas de viver o feminino e o masculino, a família, as relações amorosas, a maternidade e a paternidade; sobre o erotismo e o prazer, sobre a pornografia e as “perversões” fazem-se teses, escrevem-se livros, realizam-se seminários e cursos. Mobilizam-se, freqüentemente, outras estratégias e métodos de estudo e análise, reinventam-se técnicas de investigação, valorizam-se “fontes” até então desprezadas.

Tenho argumentado que as transformações trazidas por esses campos provavelmente ultrapassam o terreno dos gêneros e da sexualidade e podem nos levar a pensar, de um modo renovado, a cultura, as instituições, o poder, as formas de aprender e de estar no mundo (Louro, 2004b). Essa potencialidade é acompanhada, também, por alguns riscos. Um deles, que se coloca de forma especial para nós, pesquisadores/as e intelectuais, é a sutil distinção entre disposição política e militância. Nossos textos acadêmicos certamente apontarão para nossos propósitos políticos; na verdade, parece-me quase impossível não fazê-lo. Lembro que James Clifford, falando sobre Etnografia, disse, certa vez: “Todo foco exclui: não há metodologia politicamente inocente para a interpretação intercultural” (Clifford, 1997, p. 19). Estou convencida da validade desta afirmação e acredito que ela pode ser estendida para todo o tipo de estudo: nada é inocente, desde a escolha do objeto, das questões, dos procedimentos investigativos até, obviamente, as formas que utilizamos para dizer de tudo isso. Mas, ainda que nossas pesquisas e nossa comunicação acadêmica se mostrem marcadas por nossos propósitos políticos (e elas não podem deixar de estar marcadas), elas teriam de evitar o tom panfletário. Esse tom pouco nos ajuda. O panfleto é, por suas características, um texto sensacionalista, freqüentemente violento e breve e cujo objetivo máximo é o impacto; por vezes, a exaltação à luta imediata. Os compromissos – e, conseqüentemente, o tom – do texto acadêmico parecem ser de outra

ordem. O equilíbrio entre disposição política e militância é, portanto, difícil, delicado, mas necessário.

Acredito que já sinalizei para a impossibilidade de discorrer aqui sobre estratégias, procedimentos, táticas ou técnicas de investigação que sejam igualmente adequadas, pertinentes ou legítimas para o conjunto de estudiosos e pesquisadoras deste GT. Se nossos enfoques teóricos têm distinções então, obviamente, o mesmo acontecerá com as metodologias que colocamos em ação. Além disso, vale a pena ressaltar o quanto o campo da Educação tem se comunicado com outros campos disciplinares, tais como a Psicologia, a Antropologia, os Estudos Culturais, a Comunicação, a Literatura, a História, a Sociologia, os Estudos de Cinema e muitos outros. Cada vez mais acontece o borramento das fronteiras entre os campos de estudo, o que praticamente inviabiliza ou torna sem sentido os rótulos que tradicionalmente se constituíam numa imposição (e, de certa forma, uma limitação) para as pesquisas. Não me parece adequado supor, portanto, um único modo de conhecer “científico” que deva ser buscado por todos. Aproveito para expressar aqui minha desconfiança em relação àqueles cursos de metodologia “geral” aos quais, obrigatoriamente, todos estudantes de pós-graduação devem seguir, sejam quais forem suas escolhas teóricas ou temáticas. O modo como pesquisamos e, portanto, o modo como conhecemos e também como escrevemos é marcado por nossas escolhas teóricas e por nossas escolhas políticas e afetivas. É, certamente, afetado por nossa história pessoal, pelas posições-de-sujeito que ocupamos, pelas oportunidades e encontros que tivemos e temos. O modo como conhecemos é, por tudo isso, incontrolável, volátil. Mas essa constatação não significa que não possamos refletir sobre este processo.

Para a discussão que pretendo desenvolver aqui, parece pertinente destacar a íntima articulação teoria-metodologia. Antes de me envolver num debate sobre eventuais vantagens dos métodos qualitativos sobre quantitativos, a eficiência da técnica de observação participante ou de grupos focais, das entrevistas estruturadas ou de histórias de vida, dos depoimentos temáticos ou das análises de texto e visual, a produtividade da etnografia ou dos estudos de recepção, prefiro enfatizar que a eleição de um determinado caminho metodológico está comprometida com as formulações teóricas que se adota. Ainda

que, muitas vezes, nas teses, dissertações ou relatórios de pesquisa, as referências a prestigiadas e inovadoras teorias contemporâneas se justaponham a modelos convencionais de investigação e se faça um uso frouxo de enunciados e conceitos, é indispensável notar que tal descompasso e inconsistência fragilizam (e muito) a pesquisa e o texto.

Na perspectiva pós-estruturalista, que é a que privilegio, atribui-se especial atenção à linguagem. Supõe-se que a linguagem que se usa não apenas reflete o modo pelo qual se conhece, mas que ela faz mais do que isso, que ela institui um jeito de conhecer. Em outra oportunidade (Louro, 2004), já comentei que, ao apresentarmos nossas idéias como “fatos”, nós nos colocamos na posição de quem sabe o que está afirmando e, de algum modo, oferecemos a quem lê a possibilidade de discordar ou concordar com o que estamos dizendo. Distintamente, quando carregamos nossos textos de questões, provocamos um deslizamento na fonte de autoridade e instigamos ou convidamos o/a leitor/a a formular respostas às indagações feitas. O “tom” de um texto pode encerrar uma discussão ou, em vez disso, provocar polêmica ou dissenso. Qual dessas formas deveria ser considerada a mais “científica”? Não sei, mas estou convencida de que os textos que escrevemos são constituintes do nosso processo de conhecer e de dar a conhecer. Conseqüentemente, o modo como escrevemos tem tudo a ver com nossas escolhas teóricas e políticas.

Minhas escolhas têm me levado a desconfiar das certezas definitivas. Venho aprendendo a operar com o transitório, o mutante, e também com o local e o particular. Essa posição sugere uma certa modéstia e implica praticar, freqüentemente, o auto-questionamento. É preciso abandonar a pretensão de dominar um assunto ou uma questão ou de trazer “a grande resposta” para um problema. Admitir a incerteza e a dúvida supõe poucas (raras) afirmativas categóricas ou indiscutíveis e o uso freqüente de formulações mais abertas. Para muitos, um texto com tais características pode parecer incompleto, inconcluso. No entanto, pode-se pensar que esse estilo de escrita também é capaz de sugerir transposições e expansões, talvez mais do que outros. O/a leitor/a é “chamado/a” mais fortemente a intervir ou a tomar posição, e a leitura pode se transformar (quem sabe?) num processo ainda mais provocativo e instigante.

Empreender tal escolha teórica implica lidar com contradições, sim, mas implica deixar de lado a lógica da dialética, que supõe a síntese e a superação da contradição. Nesta perspectiva, buscamos superar o raciocínio do tipo *ou* isso *ou* aquilo e ensaiamos a produtividade de pensar que algo pode ser, ao mesmo tempo, isso *e* aquilo. Coerente com a crítica à lógica dos binarismos, apostamos na possibilidade de questionar as oposições consagradas, entre elas homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual. Ao assumir uma perspectiva teórica pós-estruturalista, parecerá pouco adequado, então, lançar mão de (ou construir) tabelas de categorias fixas, colunas e quadros classificatórios, escalas e matrizes. Se um autor ou autora que assim se qualifica insistir em utilizar tais recursos penso que deveria, necessariamente, “perturbar” essas tabelas ou colunas em suas análises, embaralhando, de algum modo, as linhas ou os enquadramentos. Mais ou menos na mesma direção me parece razoável questionar a delimitação de fases, seqüências lineares de períodos ou de etapas progressivas. Identidades de gênero e sexuais, quando conceituadas na ótica dos Estudos Culturais ou na perspectiva pós-estruturalista, admitem e supõem deslizamentos e, dificilmente, podem se “encaixar” com exclusividade num único registro.

Nos campos do gênero e da sexualidade em que nos movimentamos, poder e diferença são questões recorrentes. Os processos de constituição de uma prática sexual como normal (e, então, como a prática a ser compulsoriamente adotada por todos) e de outras práticas como desviantes ou anormais, se dá, como sabemos, em meio e por meio de jogos de poder. Para compreender como se constituem identidades e práticas sexuais e de gênero bem como para perceber a “força” e eficiência de pedagogias culturais provavelmente será mais adequado pensar o poder como disseminado, multifacetado e produtivo, em vez de lidar com uma noção de poder centralizado, unidirecional ou meramente repressivo. Foucault comentou, certa vez, que o que tentava fazer, num nível empírico, era “tomar as coisas pelo meio”. Não se perguntar “de onde vem o poder, para onde ele vai?”, mas “Por onde ele passa e como isso se passa, quais são todas as relações de poder, de que modo se podem descrever algumas das principais relações de poder exercidas em nossa sociedade?” (Foucault, 2004, p. 73). Não me parece que se trate, aqui, de eleger aquela técnica ou procedimento decisivo capaz de determinar a origem do poder e,

conseqüentemente, capaz de indicar as formas de combatê-lo; antes se trata mais de uma espécie de disposição investigativa que seria a disposição de voltar o olhar para os processos minuciosos, percorrer com olhar atento os caminhos e as nuances do exercício do poder, observar por onde ele se infiltra e se disfarça, prestar atenção aos detalhes, às “ninharias”, “o grão do poder”, ser metuculoso, como diz François Ewald. Trata-se de “abandonar a visão macroscópica em favor das abordagens microscópicas” (Ewald. 1993, p.27). A dinâmica de poder entre os gêneros e a sexualidade é, muitas e muitas vezes, plena de sutilezas, insinuante, exercida com discrição, quase imperceptível. Uma pesquisa que queira dar conta dessa dinâmica e, portanto, que se volte para uma abordagem das minúcias vai supor um texto ou uma escrita onde a descrição ganha realce. Observar e descrever, com tantos detalhes quanto for possível, os jogos através dos quais se instituem as referências de normalidade e de diferença, de sujeitos normais e de sujeitos “diferentes” colocam-se como os procedimentos fundamentais. Imediatamente, haveria que tentar demonstrar, pela análise e pela desconstrução, como nessas instâncias poder e resistência se exercitam, como as dicotomias e oposições são fabricadas.

Não me atrevo a ir adiante, sugerindo as questões mais relevantes, o desenho da investigação mais produtivo, as estratégias pertinentes. Espero ter sido capaz de evitar, ao longo desta fala, o tom prescritivo tão recorrente entre nós, educadoras/es; é provável, contudo, que ele tenha se insinuado, aqui ou ali. Pretendo, ao menos, escapar das conclusões iluministas, que elucidam as dúvidas e indicam os caminhos a seguir. Se as idéias que trouxe aqui contribuirão para estimular nossas discussões e aprofundar nosso debate, esta fala terá realizado seu propósito.

#### Referências Bibliográficas:

CLIFFORD, James. *Routes. Travel and translation in the late twentieth century*. Londres, Harvard University Press, 1997.

EWALD, François. *Foucault. A norma e o direito*. Trad. Fernando Cascais. Lisboa: Vega, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber*. Trad. M. Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos. Vol. V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la natureleza*. Manuel Talens. Valencia: Madrid: Ediciones Catedra, 1995.

LARRAURI, Maite. *La sexualidad según Michel Foucault*. Valencia. Tandem, 2000.

LOURO, Guacira. “Conhecer, pesquisar escrever”. Texto apresentado na *V Anped Sul*, Curitiba, 2004.

LOURO, Guacira. “Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento”. In Denílson Lopes e outros (orgs.) *Imagem e diversidade sexual. Estudos de Homocultura*. Brasília: Nojosa, 2004.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. Trad. Luiz Felipe Guimarães Soares. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 8 (2), 2000.